

INFORMAÇÃO-PROVA DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA

DIREITO

1.ª E 2.ª FASE

Prova 329 | 2019

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho)

1. Introdução

O presente documento visa divulgar as características da prova de equivalência à frequência da disciplina de **DIREITO** a realizar em 2019. Podem realizar a prova os alunos que se encontram abrangidos pelos planos de estudo instituídos pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Deve também ser considerada a Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto e o Despacho Normativo n.º 3-A/2019, de 26 de fevereiro.

O presente documento dá a conhecer os seguintes aspetos relativos à prova:

- ✓ Objeto de avaliação;
- ✓ Estrutura e caracterização da prova;
- ✓ Critérios gerais de classificação;
- ✓ Duração;
- ✓ Material.

2. Objeto de avaliação

A prova de equivalência à frequência tem por referência o Programa de Direito em vigor para o Ensino Secundário e permite avaliar a aprendizagem passível de avaliação, numa prova escrita de duração limitada.

3. Estrutura e caracterização da prova

A prova é escrita e apresenta duas versões.

A prova inclui 3 grupos de itens: O grupo I é constituído por itens de seleção (escolha múltipla), o grupo II é constituído por itens de construção (resposta curta e restrita) e o grupo III é constituído por itens de construção (resposta extensa e podem incluir tópicos de orientação).

Os itens / grupos de itens podem ter como suporte um ou mais documentos, como textos, artigos ou casos práticos, cuja análise é exigida.

A sequência dos itens pode não corresponder à sequência dos temas/conteúdos programáticos.

Alguns dos itens / grupos de itens podem envolver a mobilização de aprendizagens relativas a mais do que um dos temas do Programa.

A prova é cotada para 200 pontos.

4. Critérios gerais de classificação

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos de classificação, apresentados para cada item, e é expressa por um número inteiro, previsto na grelha de classificação.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de escolha múltipla.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos. No entanto, em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada, se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se o aluno responder a um mesmo item mais do que uma vez, não eliminando inequivocamente a(s) resposta(s) que não deseja que seja(m) classificada(s), deve ser considerada apenas a resposta que surgir em primeiro lugar.

As respostas aos itens de construção são classificadas de forma dicotómica, por níveis de desempenho ou por etapas, de acordo com os critérios específicos. A cada nível de desempenho e a cada etapa corresponde uma dada pontuação.

A classificação das respostas que envolvem a produção de um texto tem em conta, além dos tópicos apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a comunicação escrita em língua portuguesa.

- **ITENS DE SELEÇÃO**

A cotação total do item só é atribuída às respostas que apresentem de forma inequívoca a única opção correta.

São classificadas com zero pontos as respostas em que seja assinalada:

- uma opção incorreta;
- mais do que uma opção.

Não há lugar a classificações intermédias.

- **ITENS DE CONSTRUÇÃO**

Os itens de resposta curta são classificados com a cotação total, a resposta correta. As respostas incorretas são classificadas com a cotação de zero pontos. Não há lugar a classificações intermédias.

Nos itens de respostas restrita e extensa, a classificação está organizada por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho e a cada etapa corresponde uma dada pontuação.

Se ponderados todos os dados contidos nos descritores, permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os tidos em consideração.

As respostas classificadas por níveis de desempenho podem não apresentar exatamente os termos e / ou as expressões constantes dos critérios específicos de classificação, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido e adequado ao solicitado.

Se a resposta contiver dados que revelem contradição em relação aos elementos considerados corretos, ou se apresentar dados cuja irrelevância impossibilite a identificação objetiva dos elementos solicitados, é atribuída a classificação de zero pontos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, a classificação a atribuir traduz a avaliação simultânea do desempenho no domínio específico da disciplina e no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa.

5. Duração

A prova tem a duração de 90 minutos.

6. Material

Os alunos não respondem no enunciado da prova. As respostas são registadas em folha própria fornecida pelo estabelecimento de ensino (modelo oficial).

Os alunos podem utilizar a Constituição da República Portuguesa (CRP) (atualizada – versão de 2005)

Os alunos apenas podem usar, como material de escrita, caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor.

A Coordenadora da Equipa: Esmeralda Costa
(Esmeralda de Almeida Costa)

A Coordenadora do Departamento Curricular: Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa
(Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa)

Aprovado em Conselho Pedagógico em reunião de 30/04/2019

O Presidente do Conselho Pedagógico: Carlos Dinis Marques de Almeida
(Carlos Dinis Marques de Almeida)